



EccoS Revista Científica

ISSN: 1517-1949

eccos@uninove.br

Universidade Nove de Julho

Brasil

de Alencar Arnaut de Toledo, Cézar; Pinto de Andrade, Rodrigo
História da implantação da Escola de Porto Britânia no contexto da colonização do oeste paranaense
(1938-1958)

EccoS Revista Científica, núm. 29, septiembre-diciembre, 2012, pp. 199-217

Universidade Nove de Julho

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71524734011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

[redalyc.org](http://www.redalyc.org)

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

HISTÓRIA DA IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE PORTO BRITÂNIA NO CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO DO OESTE PARANAENSE (1938-1958)

HISTORY OF THE IMPLANTING OF THE SCHOOL OF PORTO BRITANNIA IN THE CONTEXT OF THE COLONIZATION OF THE WEST FROM PARANÁ (1938-1958)

César de Alencar Arnaut de Toledo

Doutor em Educação – Unicamp; Professor do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual de Maringá.
Maringá, PR – Brasil.
caatoledo@uem.br

Rodrigo Pinto de Andrade

Mestre em Educação – Universidade Estadual de Maringá; Professor de História da Educação da Faculdade Integrado de Campo Mourão.
Campo Mourão, PR – Brasil.
pr_rodrigoandrade@yahoo.com.br

RESUMO: O objeto desta pesquisa é a Escola de Porto Britânia, uma das primeiras instituições públicas do extremo oeste paranaense, criada no ano de 1938, nas terras da antiga Fazenda Britânia. Trata-se de um estudo histórico e documental sobre a implantação desta escola. Sua realização se deu por meio da análise de documentos que descrevem a trajetória da instituição. A reconstituição da história da implantação da Escola de Porto Britânia permitiu constatar que a instituição resultou do projeto do Governo Federal de difundir o Ensino Primário em todo o país. Sua localização em uma região de fronteiras indica a execução do projeto governamental de nacionalizar essas localidades do território brasileiro. Deste modo, ela atendeu as demandas político-sociais da época. Para a efetivação da pesquisa foram utilizadas as fontes disponíveis no acervo do Museu Willy Barth, de Toledo, Paraná.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Escola de Porto Britânia. História da Educação. Instituições Escolares.

ABSTRACT: This research object is the Porto Britânia School, one of the first public institution of Paraná far west, founded in 1938, in the lands of old Britânia farm. It is an historic and documental research of that school opening and was done by documents analyzes that describe the institution history. The history reconstitution of Porto Britânia creation allowed saying that it was a result of Federal Government project to disseminate primary education countrywide. The school localization at the border region indicates the implementation of government project to nationalize these Brazilian territory locations. Thus, it attended social political demands of that age. This research used documents available in Willy Barth Museum of Toledo city.

KEY WORDS: Education. History of Education. Schools Institutions. Porto Britânia school.

1 Introdução

Neste texto tem-se como objetivo analisar a história da criação da Escola de Porto Britânia, instituição pública, localizada na antiga Fazenda Britânia, do extremo oeste paranaense, cujo território abrange hoje os municípios de Toledo e Marechal Cândido Rondon. Foi fundada no ano de 1938 pelo poder público municipal de Foz do Iguaçu. Foi a primeira instituição escolar da região. Quando de sua fundação, visava atender às crianças brasileiras que residiam nas proximidades do Porto Britânia, que, à época, era habitado majoritariamente por estrangeiros, especialmente paraguaios e argentinos. Sua primeira turma teve início no primeiro semestre de 1938 e funcionou em uma pequena sala construída próximo das barrancas do rio Paraná. As atividades escolares foram iniciadas com 25 alunos sob a regência do professor Raphael Garcia e duraram até 1958, quando passou ao recém formado município de Toledo. Segundo consta das atas de Exames Finais, de 1938 a 1947, funcionou com o nome de Escola de Porto Britânia, depois, passou a se chamar Escola Isolada de Rio Branco, menção ao vilarejo onde estava construída, que à época estava localizado nas terras da Fazenda Britânia. A partir de 1955 foi vinculada ao distrito de Vila Margarida, município de Toledo. Na década de 1960, após a formação dos núcleos urbanos de Toledo e Marechal Cândido Rondon e a consequente diminuição da demanda escolar, a escola encerrou suas atividades.

A pesquisa foi realizada mediante análise de documentos que descrevem o processo de criação, funcionamento e trajetória da escola. Para a efetivação da pesquisa foram utilizadas fontes como Livros-ata de Exames Finais, Documento da Diretoria Geral da Educação de contratação do professor que atuou na instituição; Livros-ata de visitas periódicas do Supervisor Educacional de Foz do Iguaçu, Fotos da escola da década de 1930, todos disponíveis no acervo do Museu Histórico Willy Barth, no município de Toledo, PR.

Para tanto, primeiro será feita análise da pesquisa sobre instituições escolares no Brasil, com ênfase na discussão sobre o conceito de fontes para esta área temática de pesquisa. Em seguida, será apresentado o contexto histórico do extremo oeste paranaense quando da fundação da instituição pesquisada, que corresponde à consolidação e ao ápice do sistema de

*obrages*¹ e, conseqüentemente, à forte presença de estrangeiros na região. Por fim, será abordada a implantação da Escola de Porto Britânia. Serão analisados alguns elementos que constituem a História das Instituições Escolares, a saber: quadro de professores, prédio escolar e grade curricular, entre outros.

2 A pesquisa sobre instituições escolares e a questão das fontes

A pesquisa sobre instituições escolares no Brasil está em franca expansão. Atualmente, é grande o número de pesquisadores que têm optado por essa área temática. O número de novos objetos que são analisados a partir da sua historicidade tem crescido consideravelmente. Para André Paulo Castanha e Paulino José Orso (2008), novos temas como instituições escolares, práticas educativas, políticas educacionais, educação rural, educação indígena, educação especial, educação à distância, entre outros, entraram na pauta da historiografia da educação.

Atualmente, uma das formas de historiar a educação, sobretudo a escolar, é por meio da investigação das práticas das instituições educativas. É possível perceber o vertiginoso interesse por essa temática quando se verifica a quantidade de produções apresentadas aos Programas de Pós-Graduação em História da Educação em todo o Brasil. Este exponencial aumento do interesse pelo tema se deve à percepção de que, por meio desta perspectiva investigativa, é possível reconstituir a história da educação brasileira sob outra perspectiva, diferentemente daquela que privilegia apenas os documentos oficiais.

Nesse sentido, a escola deve ser vista sob um prisma que considere sua materialidade histórica, bem como suas articulações entre os elementos intramuros e extramuros.

Deste modo, vê-se que cada vez mais novos objetos estão sendo investigados em sua historicidade. Houve uma notável ampliação no leque de objetos pesquisados, com isso, tem sido ampliada também a quantidade das fontes utilizadas para a realização destas pesquisas, pois as fontes se constituem como elementos imprescindíveis no processo de reconstituição histórica. Na realização de qualquer pesquisa em História e História

da Educação, os documentos se constituem como fontes que registram fatos concernentes à história dos homens e das sociedades. Segundo José Claudinei Lombardi,

As fontes resultam da ação histórica do homem e, mesmo que não tenham sido produzidas com a intencionalidade de registrar a sua vida e o seu mundo, acabam testemunhando o mundo dos homens em suas relações com outros homens e com o mundo circundante, a natureza, de forma que produza e reproduza as condições de existência e de vida [...] (LOMBARDI, 2004, p. 155).

Ao se voltar às fontes e utilizá-las como elementos que fornecem subsídios do passado histórico, o pesquisador discute o sentido contido nelas. Esse sentido nem sempre está explícito e apresentado de maneira direta, por isso, a investigação das fontes é, para o historiador, uma tarefa de cunho epistemológico e metodológico. Segundo o professor João Carlos da Silva (2010), as fontes constituem elementos imprescindíveis para a sistematização do conhecimento histórico. Identificar, usar e interpretar as fontes são fatores preponderantes que definem a qualidade da pesquisa histórica, pois os documentos contém vestígios e são testemunhas que manifestam as ações do homem no tempo. Elas são produzidas pelo homem nas suas relações com os outros homens e com a natureza.

Por isso, faz-se necessário pensar a História da Educação articulada com as questões mais gerais da sociedade. Nesse sentido, Dermeval Saviani afirma que

As fontes enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apóia o conhecimento que produzimos a respeito da história [...] (SAVIANI, 2004, p. 6).

A questão do conceito de fontes em história e em História da Educação passou por uma modificação e ampliação no último século. A discussão sobre o emprego de fontes escritas, sonoras, audiovisuais, pictóricas, entre outras, como elementos que possibilitem o esclarecimento

de fenômenos acontecidos em outras épocas e sociedades entrou na pauta da historiografia da educação e abriu precedente para a discussão do que poderia ser considerada fonte para a pesquisa historiográfica. Para João Carlos da Silva (2009), durante muito tempo, na História da Educação, somente as fontes oficiais escritas e as obras que os educadores ou pensadores mais importantes da época escreveram, eram consideradas fontes.

A renovação do conceito do que são fontes históricas recebeu significativa influência dos postulados da Escola dos *Annales*, que, no período entre-guerras, na França, representou uma espécie de ruptura com a historiografia tradicional. Ao propor a expansão das fontes e o uso de documentos não oficiais, os *Annales* valorizaram a ação coletiva e individual, geral e particular dos indivíduos.

Fortemente influenciada pelas ciências sociais, a Escola dos *Annales* sinalizou importante renovação no conceito de homem, sociedade e história. Conforme José Carlos Reis, “[...] a

principal proposta do programa dos *Annales* foi a interdisciplinaridade e as suas três gerações, apesar de suas divergências e descontinuidades, fizeram uma história sob a influência das ciências sociais” (REIS, 2006, p. 30). Para dar conta de lidar com essas novas realidades, os *Annales* indicaram um novo paradigma do que poderia ser tido como fonte de pesquisa. De acordo com Paolo Nosella e Ester Buffa, com a Escola dos *Annales*, “[...] o documento escrito, se existir, é, sem dúvida, uma fonte a considerar, mas há outras fontes mais adequadas. É o próprio conceito de fontes que se amplia” (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 61).

Para José Claudinei Lombardi,

A ampliação da noção de fonte foi também acompanhada por uma guinada ótica do pesquisador, que passou a considerar documentos históricos dignos de conservação, transmissão e estudo, não somente aqueles referentes à vida dos grandes homens, dos heróis, dos grandes acontecimentos, das instituições – como na perspectiva positivista. Com Engels e Marx, e depois com Febvre e Bloch, aprendemos que a vida dos homens, todas as formas de relações, todos os agrupamentos e classes sociais constituem objetos que interessam ao investigador (LOMBARDI, 2004, p. 157).

Assim, embora os documentos escritos continuassem compondo a maior parte das fontes históricas, abriu-se a possibilidade de novas fontes serem incorporadas à pesquisa em história.

Por muito tempo, fontes históricas se resumiam a documentos oficiais, por isso, a história só existia como expressão do Estado, que, por sua vez, sempre foi a expressão da classe dominante. Deste modo, a história era contada sempre sob o prisma da classe hegemônica. A escola dos *Annales* significou um avanço, porque propôs novas formas de relacionamento com as fontes e novas perspectivas de abordagens. Segundo Dermeval Saviani (2006), em História da Educação, fonte histórica inclui todos os elementos que permitam a aquisição de conhecimentos de fatos concernentes ao passado educativo.

3 O contexto histórico do extremo oeste paranaense quando da criação da Escola de Porto Britânia, no período entre 1930 e 1950

Para a análise do nosso objeto de estudo, faz-se necessário conhecer a localidade onde ele está inserido, bem como o contexto histórico de sua criação. Na percepção de Justino Pereira de Magalhães (1996), há que se integrar a instituição educativa em seu contexto macro, no sistema educativo que a gerou.

Deve ser evidenciado que no final do século XIX e início do XX, o oeste do Paraná era pouco explorado. A despeito da presença indígena na região, pouco havia de exploração das riquezas naturais. Esse cenário mudou na medida em que companhias argentinas e inglesas se radicaram nessas terras, dando início à extração da madeira, da erva-mate e de outros produtos de origem agrícola. Em 1905, o governo brasileiro vendeu parte das terras localizadas à margem do rio Paraná, consideradas devolutas, para um grupo de capitalistas ingleses, que logo formou a *Companhia de Maderas del Alto Paraná*, em 1907, e passou a explorar e exportar a erva-mate do oeste paranaense. À época, a intenção da companhia era, prioritariamente, a exploração da região, por isso, não havia nenhum projeto claro de ocupação. Era a implantação do sistema de *obrages* na região. Conforme Marcelo Grondin,

Em resumo: as *obrages* nada mais foram do que imensos domínios rurais que se estabeleceram, primeiro no norte argentino e, posteriormente, no oeste do Paraná e na parte sul do Estado do Mato Grosso para a exploração da erva-mate e da madeira, empregando, geralmente, mão-de-obra paraguaia, denominada *mensus*, em sistema de quase escravidão (GRONDIN, 2007, p. 41).

Nesse período, conforme Sandra Inês Reisdorfer e André Paulo Castanha, “[...] sem sofrer qualquer interferência brasileira, o Oeste Paranaense passou a ser habitado praticamente por paraguaios e argentinos” (REISDORFER; CASTANHA, 2008, p. 77). Esse era o contexto do nascedouro do sistema *obragero*, que daria a tônica da colonização que se aplicaria na região. Deste modo, pode ser dito que a exploração da região oeste paranaense aconteceu mediante a aplicação do sistema de *obrages*. A *obrage* era uma propriedade típica da Argentina e do Paraguai. O mate e a madeira eram seus principais produtos (WACHOWICZ, 1982).

O modelo de *obrages* durou mais de meio século, graças ao isolamento do oeste paranaense durante aquele período. Todavia, no início da década de 1940, as *obrages* encerraram suas atividades extrativas. De acordo com Liliane da Costa Freitag (2001), devido à crise na comercialização da erva-mate e das propostas do Governo de Getúlio Vargas de nacionalizar a região, algumas *obrages* faliram e entregaram suas terras a credores. Outras suspenderam suas atividades econômicas, abandonando as suas propriedades.

A decadência do sistema *obragero* se deu efetivamente com a crise no comércio da erva-mate extraída nas terras do oeste do Paraná. A Argentina, maior consumidor da erva-mate brasileira, passou a produzir autossuficientemente e contribuiu ainda mais para diminuir o valor do produto exportado pelo Brasil. Era o início do fim da exploração estrangeira na região.

3.1 A questão educacional na região oeste do Paraná (1930-1950)

A história da educação, no Estado do Paraná, começou efetivamente com a criação da Província do Paraná, em 1853. No oeste paranaense, o

processo de escolarização se deu em quatro fases distintas, a saber: escolarização domiciliar, casa escolar particular, casa escolar pública e grupo escolar (SILVA, 2009).

Na percepção de Lilian Anna Wachowicz, foi somente após o fim do Império que o novo governo republicano deu ênfase à instrução pública, no discurso e na prática (WACHOWICZ, 1984).

Não havia iniciativas significativas para a criação de escolas nessa região de ocupação recente. As primeiras iniciativas educacionais na região passaram necessariamente pela fundação da Colônia Militar do Iguassú, em 1889, que deu origem ao atual município de Foz do Iguaçu. A organização de uma expedição, saindo de Guarapuava, em dezembro de 1888, para ocupar a mesorregião oeste paranaense e proteger a tríplice fronteira visava o fortalecimento do poder do governamental na região e sua reocupação por brasileiros. Há pouca informação sobre escolas na região no período anterior a 1938, exceção feita a uma iniciativa em 1927, que, segundo Denise Kloerckner Sbardelotto, foi uma das primeiras ações governamentais para criação de escolas (SBARDELOTTO, 2010).

Antes de haver instrução pública no oeste paranaense, o acesso à educação era privilégio de uma pequena parcela da sociedade que podia pagar aulas particulares ou que tinham condições de enviar seus filhos para os grandes centros urbanos. A criação dos grupos escolares, embora não tenha atendido toda a demanda por educação, disponibilizou a educação escolar às famílias pobres.

4 A criação da Escola de Porto Britânia (1938-1958)

Ao analisar a Escola de Porto Britânia, faz-se mister considerar o período de sua criação, final da década de 1930. Ao averiguar o cenário político-educacional da época, é possível perceber, que o Brasil vivia uma época de transição política e econômica. Era o início do governo de Getúlio Vargas, pautado pelo nacionalismo e pelo avanço econômico. A Era Vargas foi marcada pela expansão da indústria, fortalecimento da burguesia nacional e consolidação do capitalismo no país.

No que tange à questão educacional, foi proclamada uma nova ideologia, que apontava a escola como elemento essencial no processo de reconstrução da sociedade brasileira. Era defendida a necessidade de uma reorganização do ensino. Nesse período, a proposta era a difusão do Ensino Primário para todas as camadas da população brasileira.

Para tal, segundo Helena Maria Bomeny, foram planejadas ações condizentes com a perspectiva de criação de uma educação em bases nacionais e elaborado um projeto para minimizar a presença estrangeira nas zonas de colonização, por meio de políticas de nacionalização do elemento estrangeiro, que levassem ao seu “abrasileiramento” (BOMENY, 1999).

A ideologia educacional predominante no período foi a Escola Nova. O ministro da educação do Governo Provisório, Francisco Campos (1891-1968), era “[...] integrante do movimento da Escola Nova [...]” (SAVIANI, 2008, p. 195). Os postulados dos defensores da Escola Nova assinalavam uma transformação da sociedade brasileira por meio da atividade da escola. Segundo Moacir Gadotti (2004), os defensores da Escola Nova eram liberais que se defrontavam com os católicos na questão do ensino público, laico e gratuito, pois eram ardorosos defensores da escola pública. Era o início do acalorado debate entre defensores da escola pública e defensores da escola privada que se acirrou na década de 1950.

Nesse contexto geral de desenvolvimento industrial e econômico do Brasil e de expansão do Ensino Primário para todas as camadas da população brasileira como instrumento de crescimento econômico e social do país, a Escola de Porto Britânia foi criada.

É correto afirmar que a instituição surgiu para atender aos interesses governamentais que, à época, pretendia, para além de resolver o problema educacional dos moradores da antiga Fazenda Britânia, marcar presença naquela região estratégica do ponto de vista político e econômico. Nesse sentido, a afirmativa de Ester Buffa vem a calhar: “[...] na história das instituições escolares aninha-se, de fato, a filosofia educacional da sociedade que as cria e as mantém [...]” (BUFFA, 2002, p. 27).

Segundo consta da Ata Exames do primeiro ano funcionamento da instituição, lavrada em 30 de novembro de 1938, as atividades da Escola de Porto Britânia tiveram início em 31 de março de 1938 (ESCOLA DE PORTO BRITÂNIA, 1938). Sua organização pode ser assim descrita:

4.1 Professores

Na pesquisa sobre uma instituição escolar não é pertinente abdicar da análise referente à composição do seu corpo docente. A atuação dos professores na instituição, sua formação acadêmica e suas trajetórias são importantes no processo de reconstituição histórica de uma determinada escola (NOSELLA; BUFFA, 2009).

A documentação registra a presença de um único professor que atuou na instituição durante o período de 20 anos, de 1938 a 1958, o professor Raphael Garcia, contratado pela Diretoria Geral da Educação de Foz do Iguaçu, em 31 de março de 1938.

A seguir, cópia do documento que atesta a contratação do professor Rafael Garcia pela Diretoria Geral da Educação, do município de Foz do Iguaçu.

Após o ano de 1958, o professor Rafael Garcia deixou o trabalho na escola, mas continuou residindo na região. Em 1991, a direção do Museu Histórico Willy Barth, de Toledo, PR, realizou uma entrevista com ele, a qual está disponível no acervo da instituição. Após esse período, não houve mais contatos com o professor. Atualmente, no bairro onde residia não se tem informações a seu respeito.

4.2 Quadro de alunos

Em relação ao corpo discente da instituição, é fato que sua análise pode ser um ponto interessante para discutir sua relevância social, bem como a proposta de educação que ela visava ofertar, pois, pode servir de subsídio no processo de apreensão do formato de educação escolar que a instituição desenvolveu (BUFFA, 2007).

Segundo consta do “termo de visita”, documento elaborado pelo Supervisor de Ensino que fazia vistorias anuais às escolas nas terras sob jurisdição do município de Foz de Iguaçu, de 28 de novembro de 1958, nos últimos anos de funcionamento da escola, os alunos eram “em sua maioria brasileiros, porém alguns pais são de origem paraguaia” (TERMO DE VISITA DA ESCOLA DE PORTO BRITÂNIA, 1958). Neste mesmo documento, consta que os alunos do ano letivo de 1958 eram filhos de ex-

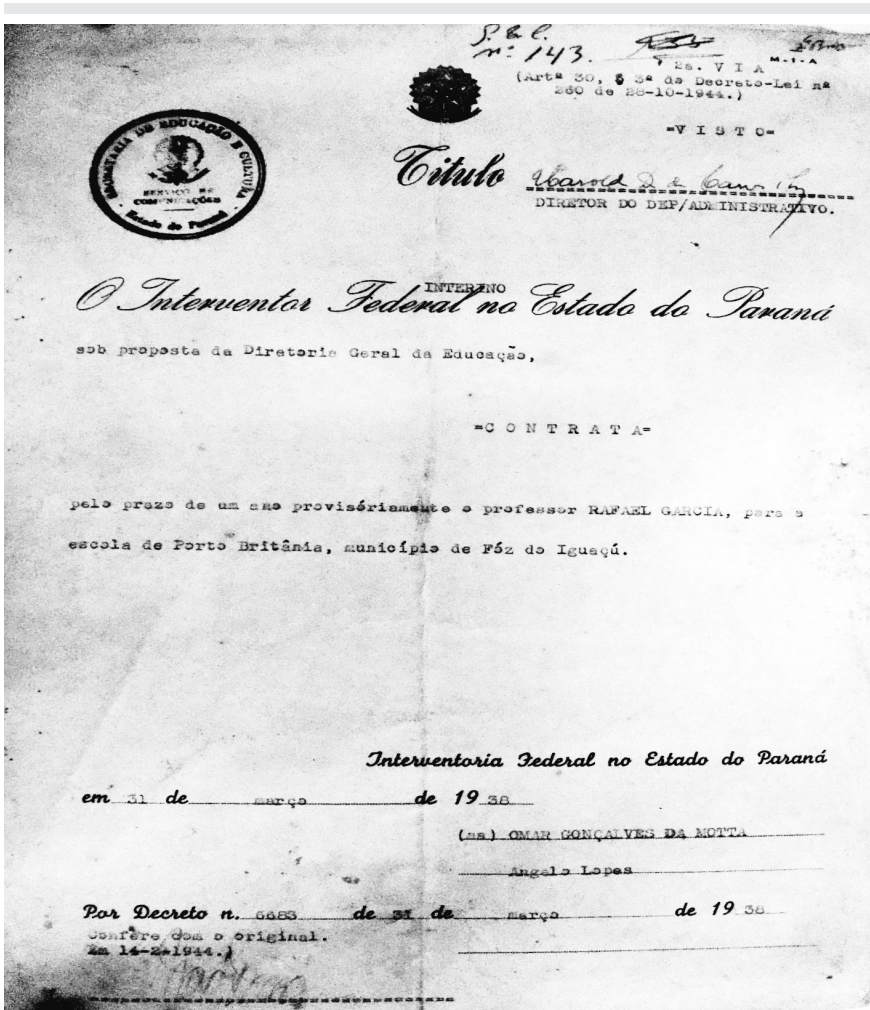


Figura 1: Diretoria Geral da Educação: contrato do professor Rafael Garcia, 1938

Fonte: Museu Histórico Willy Barth, de Toledo, PR.

alunos da instituição, que foram instruídos pelo mesmo professor, Rafael Garcia, fato que recebe elogios do Supervisor.

Há que se destacar que o projeto do Governo Federal de nacionalizar as fronteiras brasileiras, preconizava a nacionalização do ensino. Segundo Silvia Helena de Andrade de Brito

[...] entre 1938 e 1939, o governo brasileiro procurou inviabilizar as escolas etnicamente diferenciadas, tomando várias medidas, como a colocação de nomes brasileiros nas escolas situadas nas colônias; a exigência de que brasileiros natos estivessem presentes em suas direções, bem como em seus quadros docentes; a obrigatoriedade do uso do português como língua escolar, ficando vetado o ensino de língua estrangeira para menores de 14 anos; a proibição de subvenções e auxílios para escolas estrangeiras (BRITO, 2011, p. 11).

Em 1938, a Escola de Porto Britânia iniciou as turmas da seguinte forma:

Série/turma	Sexo masc.	Sexo fem.	Total de alunos
1ª série	11	10	21
2ª série	01	01	02
3ª série	01	01	02
Total			25

Quadro 1: Escola de Porto Britânia: primeira turma da Escola de Porto Britânia (1938)

Fonte: Museu Histórico Willy Barth, de Toledo, PR.

No primeiro ano das atividades escolares da Escola de Porto Britânia, o número de reprovados foi significativo, (ESCOLA DE PORTO BRITÂNIA, 1938). Ao finalizar o ano letivo, o número de alunos reprovados foi:

Série/turma	Alunos reprovados	Total de alunos
1ª série	12	21
2ª série	00	02
2ª série	00	02
Total de reprovados	12	

Quadro 2: Escola de Porto Britânia: alunos reprovados da Escola de Porto Britânia (1938)

Fonte: Museu Histórico Willy Barth, de Toledo, PR.

No ano subsequente, segundo consta da ata de Exames Finais, o número de alunos aumentou para 28, sendo 12 meninos e 16 meninas. O número de reprovas permaneceu elevado, 18 alunos foram “achados insuficientes para serem promovidos de série” (ESCOLA DE PORTO BRITÂNIA, 1939).

4.3 Prédio e espaço escolar

Prédios e monumentos podem, indubitavelmente, ser considerados documentos no processo de reconstituição de uma instituição escolar. Segundo Ester Buffa, “[...] pode-se compreender a instituição escolar pela ótica da construção de seu espaço [...]” (BUFFA, 2007, p. 156).

Embora o edifício escolar não determine os pressupostos educacionais de uma instituição, pode ajudar ou atrapalhar as práticas pedagógicas da escola. Outro aspecto interessante é o potencial que os prédios possuem para revelar a realidade e as diferenças sociais presentes na sociedade. Eles evidenciam a realidade de seu entorno. Viñao Frago e Escolano salientam que

O espaço escolar tem de ser analisado como um construto cultural que expressa e reflete, para além de sua materialidade, determinados discursos. No quadro das modernas teorias da percepção é, além disso, um mediador cultural em relação à gênese e formação dos primeiros esquemas cognitivos e motores, ou seja, um elemento significativo do currículo, uma fonte de experiência e aprendizagem. Mais ainda, [o espaço] escolar pode ser considerado, inclusive, como uma forma silenciosa de ensino (VIÑAO FRAGO; ESCOLANO, 2001, p. 26).

O prédio da Escola de Porto Britânia foi construído, provavelmente pelos pais dos alunos que nela estudariam. Foi edificada uma modesta sala de aula que atendeu todos os alunos.

A seguir, foto dos alunos da Escola de Porto Britânia com o professor Raphael Garcia ao centro.



Figura 2: Alunos da Escola de Porto Britânia (década de 1930)

Fonte: Acervo do Museu Histórico Willy Barth, de Toledo, PR.

Quando da visita do Supervisor Educacional, no ano de 1958, ficou registrado em ata lavrada no dia 28 de outubro de 1958, que a es-

cola “[...] não possui nenhum banco para escrever, a sala quase escura, sem vidros. [...] esses pequenos brasileiros parecem até que vivem em um mundo à parte [...]” (TERMO DE VISITA DA ESCOLA DE PORTO BRITÂNIA, 1958).

4.4 Currículo Escolar

Entende-se por currículo escolar uma prática social complexa, construída historicamente, a partir de relações sociais, políticas e econômicas. O currículo não se restringe apenas às questões internas das instituições educativas, mas, sua configuração recebe interferência do contexto geral. Desde as políticas administrativas voltadas à educação até a elaboração de materiais didáticos, são subjacentes ao currículo escolar (REGIS, 2009).

O currículo escolar constitui um processo em que se consideram múltiplos fatores relacionados ao processo de ensino-aprendizagem. Nele são elencados os objetivos, os conteúdos, as experiências e as técnicas relacionadas ao ensino e à aprendizagem.

Não há registros das matérias ensinadas na Escola de Porto Britânia, no início de suas atividades escolares, em 1938. No entanto, na Ata de Exames desse ano, consta a existência das seguintes disciplinas em sua grade curricular: Linguagem; Caligrafia; Matemática e Trabalhos manuais (ESCOLA DE PORTO BRITÂNIA, 1938).

Há que se destacar, que a instituição trabalhava com o modelo de classe multisseriada. Na percepção de Marcondes de Lima Nicácio, as classes multisseriadas foram amplamente utilizadas no sistema educacional brasileiro desde o século XIX, era um fenômeno recorrente no sistema educacional do país, sobretudo, nas localidades rurais (NICÁCIO, 2011).

5 Considerações finais

Pode-se dizer que a análise dos dados revelados pelas fontes aponta que a história da criação da Escola de Porto Britânia está imbricada com a história do desenvolvimento do sistema de *obrages* no extremo oeste paranaense. Foi criada para atender aos filhos dos trabalhadores brasileiros

que residiam naquela localidade. Ela fez parte do projeto de nacionalizar a educação nos anos de 1930 e 1940. Essas medidas de nacionalização educacional foram coerentes com o cenário político-econômico e social que imperava no país naquele momento, ajustado ao contexto internacional adequado a esse ideário.

A Escola de Porto Britânia fez parte dos projetos do Estado Novo (1937-1945), que foram marcados por discursos que enfatizavam a construção da nacionalidade, a valorização e a afirmação da identidade nacional brasileira, associada à construção da identidade do homem brasileiro trabalhador. A educação possuía função estratégica, a saber: formar o bom trabalhador que auxiliaria no processo de crescimento econômico do Brasil.

As práticas educativas da instituição estiveram em consonância com as propostas governamentais da época. A escola cumpriu o papel de consolidar o discurso do Governo Vargas de difundir o Ensino Primário para todos os rincões do país, independentemente da qualidade desse ensino.

A criação da Escola de Porto Britânia se adequou à organização das forças produtivas naquele momento, que exigiam a modernização das relações de produção. A educação por ela desenvolvida assumiu o papel de preparar trabalhadores que colaboraram com as propostas governamentais de nacionalização do oeste do Paraná.

Nota

- 1 O sistema de *obrages* foi um tipo de exploração que se desenvolveu no Paraguai. A *obrage* era uma propriedade típica da Argentina e do Paraguai, o mate e a madeira eram seus principais produtos. No oeste do Paraná, as *obrages* surgiram no fim do século XIX e início do século XX. Gigantescas concessões de terra por parte do governo paranaense foram cedidas para latifundiários argentinos para a exploração de erva-mate.

Referências:

BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio (Org.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 25-38.

_____. Os estudos Sobre Instituições Escolares: organização do espaço e propostas pedagógicas. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Org.). *Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 151-164.

BOMENY, Helena Maria. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 137-166.

BRITO, Silvia Helena de Andrade de. *A educação no projeto nacionalista do primeiro governo Vargas (1930-1945)*. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_101.html>. Acesso em: 17 fev. 2012.

CASTANHA, André Paulo; ORSO, Paulino José. História da Educação: Levantamento de fontes e instituições escolares. In: ORSO, Paulino José; CASTANHA, André Paulo; SILVA, João Carlos da; MARTIN, Edison; PERES, Claudio Afonso (Org.). *História da Educação: levantamento de fontes e instituições escolares*. Cascavel: Coluna do Saber, 2008. p. 07-12.

DIRETORIA GERAL DA EDUCAÇÃO. *Contrato do professor Raphael Garcia pela Diretoria Geral de Educação do Município de Foz do Iguaçu*. Toledo: [Arquivo do Museu Histórico Willy Barth], 1938. 01 f.

ESCOLA DE PORTO BRITÂNIA. *Livro-ata: exames finais do ano letivo de 1938 da Escola de Porto Britânia*. Toledo: [Arquivo do Museu Histórico Willy Barth], 1938. 04 f.

ESCOLA DE PORTO BRITÂNIA. *Livro-ata: exames finais do ano letivo de 1939 da Escola de Porto Britânia*. Toledo: [Arquivo do Museu Histórico Willy Barth], 1939. 04 f.

ESCOLA DE PORTO BRITÂNIA. *Livro-ata: exames finais do ano letivo de 1947 da Escola de Porto Britânia*. Toledo: [Arquivo do Museu Histórico Willy Barth], 1947. 03 f.

ESCOLA DE PORTO BRITÂNIA. *Livro-ata: exames finais do ano letivo de 1955 da Escola de Porto Britânia*. Toledo: [Arquivo do Museu Histórico Willy Barth], 1955. 04 f.

ESCOLA DE PORTO BRITÂNIA. *Termo de visita do Supervisor Educacional à Escola de Porto Britânia*. Toledo: [Arquivo do Museu Histórico Willy Barth], 1958. 03 f.

FREITAG, Liliane da Costa. *Fronteiras perigosas: migração e brasilidade no extremo oeste paranaense*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.

GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. São Paulo: Cortez, 2004.

GRONDIN, Marcelo. *Alvorecer de Toledo, na colonização do oeste do Paraná-1946 – 49*. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2007.

LOMBARDI, José Claudinei. História e historiografia da educação: atentando para as fontes. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Izabel Moura. (Org.). *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 141-160.

MAGALHÃES, Justino Pereira de *Contributo para a história das instituições educativas: Entre a memória e o arquivo*. Braga: Universidade do Minho, 1996.

NOSELA, Paolo; BUFFA, Ester. *Instituições escolares: por que e como pesquisar*. Campinas: Alínea, 2009.

NICÁCIO, Marcondes de Lima et. al. *A consolidação da aprendizagem nos modelos multisseriados*. Disponível em: www.ufac.academia.edu/MaristelaRossoWalker/Papers/659696/A. Acesso em: 23 jul. 2011.

REGIS, Kátia Evangelista. *Relações etnicorraciais e currículos escolares em teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação strictu sensu em educação – Brasil (1987- 2006)*. 2009. 253 f. Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

REIS, José Carlos. Os *Annales*: A Renovação Teórico-Metodológica e “Utópica” da História Pela Reconstrução do Tempo Histórico. In. SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luiz (Org.). *História e historiografia da educação: o debate teórico-metodológico atual*. 3. ed. Campinas: Autores Associados – HISTEDBR, 2006. p. 25-49.

REISDORFER, Sandra Inês; CASTANHA, André Paulo. As fontes e a problemática da pesquisa em história da educação. In: ORSO, Paulino José et al. (Org.). *História da educação: levantamento de fontes e instituições escolares*. Cascavel: Coluna do Saber, 2008. p. 75-87.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2008.

_____. Breves considerações sobre as fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 3-12.

_____. O debate teórico-metodológico no campo da história da educação e sua importância para a pesquisa educacional. In. SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (Org.). *História e historiografia da educação: o debate teórico-metodológico atual*. 3. ed. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2006. p. 7-15.

SILVA, João Carlos da. et al. Grupos de pesquisa e a história da educação brasileira: o itinerário do HISTEDOPR. In: CASTANHA, André Paulo; ORSO, José Paulino; SILVA, João Carlos da. (Org.). *História da educação: pesquisa, levantamento de fontes e instituições escolares*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2010. p. 21-39.

_____. História da educação: instituições escolares como objeto de pesquisa. *Educere et Educare – Revista de Educação*, Cascavel, v. 4, n. 8, p. 213-231, jul./dez. 2009.

SBARDETOLLO, Denise Kloeckner; CORREA, João Jorge. História da criação do Colégio Estadual Bartolomeu Mitre, o primeiro Grupo Escolar do oeste do Paraná: contexto histórico (1889 a 1930). In: CASTANHA, André Paulo; ORSO, José Paulino; SILVA, João Carlos da. (Org.). *História da educação: pesquisa, levantamento de fontes e instituições escolares*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2010. p. 41-57.

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WACHOWICZ, Christovam Ruy. *Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense*. Curitiba: Vicentina, 1982.

WACHOWICZ, Lilian Anna. *A relação professor-Estado no Paraná*. São Paulo: Cortez, 1984.

Recebido em 18 mar. 2012 / Aprovado em 18 jun. 2012

Para referenciar este texto

TOLEDO, C. A. A.; ANDRADE, R. P. História da implantação da Escola de Porto Britânia no contexto da colonização do oeste paranaense (1938-1958). *EccoS*, São Paulo, n. 29, p. 199-217, set./dez. 2012.

